



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

## **TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO 4**

### **1. OBJETIVO**

Contratação do serviço **Smart Net Total Care 24x7x4**, incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ), permitindo a continuidade dos serviços críticos que necessitam da plena funcionalidade *dos Switches Core*, de forma constante e contínua, valendo-se, para tanto, dos recursos provenientes do Fundo Especial de Administração Fazendária (Fonte de Recursos 100).

### **2. JUSTIFICATIVA**

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, por intermédio de sua Superintendência de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUPINFRA), identificou a necessidade de contratar serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de *switch core*, a fim de assegurar a continuidade e alta disponibilidade do tráfego de dados e informações em toda rede interna da SEFAZ-RJ.

O *switch core* é caracterizado como o núcleo central da rede ao qual se ligam os demais *switches* e a sua finalidade precípua é centralizar todo o tráfego de dados que passa por esses dispositivos. Atua como uma unidade de controle, permitindo a conexão dos demais *switches* aos computadores, impressoras e servidores, possibilitando, assim, o adequado funcionamento de todos esses elementos.

Atualmente a SEFAZ-RJ dispõe de 2 (dois) *switches core* principais e 4 (quatro) *switches* complementares, todos localizados no edifício sede, para os quais se faz necessária a contratação de serviço de suporte técnico e manutenção.

Cumprе mencionar que esses equipamentos, bem como o serviço de suporte técnico para eles constam no processo E-04/109/24/2017 e foram adquiridos por meio do Contrato nº 11/2018, o qual expirou em 15/04/2021, e, desde então, esses itens encontram-se sem nenhum contrato de manutenção e de substituição.

É importante ressaltar que o uso desses equipamentos em ambiente corporativo de missão-crítica exige a disponibilidade de serviços especializados de suporte técnico que contemplem manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e assistência técnica especializada, bem como serviços de atualizações para correção de “bugs”, monitoramento para verificação de possíveis falhas, assim como o indicativo de tempo de vida dos respectivos equipamentos, ou, em último caso, a própria troca do equipamento em caso de defeito, havendo se esgotado todas as tentativas de reparo.

Isto ocorre porque o *switch core* é equipamento imprescindível, cuja indisponibilidade, ainda que parcial ou temporária, em decorrência da falta de manutenção, comprometeria o funcionamento de todos os ativos de TIC da SEFAZ-RJ, ou seja, todas as estações de trabalho de todas as unidades administrativas, assim como todo acesso aos sistemas da SEFAZ-RJ e bancos de dados dependem da disponibilidade do *switch core*.

A título de exemplo, entre os sistemas, serviços e aplicações gerenciados pelo *switch core* (ainda que indiretamente), cabe destacar os arquivos de usuários, armazenamento de áudio e vídeo, o login de rede, o acesso à internet, os bancos de dados, correio eletrônico, portais (SEFAZ-RJ, Pagamentos, CGE), além de outros sistemas como: Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil (SIAFE-RIO), Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITD), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ), dentre outros.

Adicionalmente, considerando que todos esses ativos desempenham papel relevante na prestação de serviços públicos da SEFAZ-RJ e do Estado do Rio de Janeiro, é indispensável que os equipamentos funcionem ininterruptamente, motivo pelo qual é absolutamente necessário contratar o suporte pretendido.

Ressalte-se ainda que os *switches cores* são constituídos por componentes, identificados por meio de *part numbers*, que são códigos universais que garantem a padronização desses itens, a fim de que eles possam ser disponibilizados por diversos fabricantes.

O ANEXO III apresenta o detalhamento dos itens que compõem o objeto do referido contrato, de acordo com esses *part numbers*, números de série e seus respectivos ciclos de vida útil.

Conforme demonstrado no referido ANEXO, o *End of Life (EOL)* <sup>1</sup>, dos ativos em análise

---

<sup>1</sup> EOL é um processo que orienta as operações comerciais finais associadas ao ciclo de vida do produto, serviço ou assinatura da Cisco. O processo de fim de vida consiste em uma série de marcos e atividades técnicas e comerciais que, uma vez concluídos, tornam um produto, serviço ou assinatura obsoleto. Uma vez obsoleto, o produto, serviço ou assinatura não é vendido, melhorado, mantido ou suportado. As definições das políticas de EOL encontram-se no site <https://www.cisco.com/c/en/us/products/eos-eol-policy.html>

ocorrerá entre 2025 e 2027. É sabido que, em razão do necessário atendimento ao princípio da eficiência e da maior vantajosidade econômica, em regra, deve ser buscado o máximo aproveitamento das soluções e bens de TIC existentes.

Nesta esteira, observa-se que a contratação do serviço de suporte especializado para os *switches core* da SEFAZ-RJ é que permitirá explorar toda a potencialidade dos aludidos ativos, em detrimento da compra de novos equipamentos, que, por ora, seria dispensável, uma vez que há espaço para contratação de suporte técnico antes do prazo limite de *End of Life*.

Reitera-se, portanto, o entendimento já mencionado anteriormente, de que a ausência de manutenção e reparo técnico desses dispositivos comprometem o seu bom funcionamento e, dessa forma, colocam em risco a segurança e acessibilidade de todos os dados que trafegam pela rede.

Pelo exposto, tendo em vista os possíveis riscos de falhas nesses equipamentos, que podem comprometer a acessibilidade das informações que alimentam diversos sistemas e serviços importantes para Estado do Rio de Janeiro, conclui-se que a contratação em tela se mostra necessária, a fim de que esta Secretaria continue entregando à sociedade sistemas e programas com mais qualidade, eficácia e disponibilidade.

## 2.1 Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Garantir a realização dos serviços de manutenção e suporte;
- Garantir o funcionamento ininterrupto da infraestrutura que compõe a solução de comunicação de dados da SEFAZ-RJ;
- Reduzir possíveis indisponibilidades dos serviços/sistemas.

## 2.2 Alinhamento da solução aos instrumentos de planejamento

Alinhamento ao Planejamento Estratégico da SEFAZ-RJ	
<b>Objetivos Estratégicos</b>	N04 – Modernizar a infraestrutura de TIC
<b>Meta</b>	M07 - Prover e manter atualizadas soluções de infraestrutura.
<b>Ação</b>	A064; A065; A066

Alinhamento ao Plano de Anual de Contratações (PCA)	
<b>Unidade Operacional</b>	20610 – FAF

<b>Grupo de Gastos (GG)</b>	L2
<b>Ação</b>	8103 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>Subelemento</b>	3.3.91.40.11 - Suporte de infraestrutura de TIC
<b>Item Unitário de Despesa (IUD)</b>	298 - Serviços de Informática

### 3. OBJETO

#### 3.1 Descrição detalhada da solução de TIC

Contratação do serviço **Smart Net Total Care 24x7x4**, incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ), pelo período de 12 (doze) meses, de modo a garantir níveis satisfatórios de disponibilidade, eficiência, integridade e segurança dos respectivos ativos, conforme o detalhamento dos componentes dos *switches* core e respectivos códigos de suporte cisco, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

#### 3.2 Demanda e quantidade a ser contratada

Item	ID SIGA	Descrição do item	Quantidade	Componentes <sup>2</sup> que serão abrangidos pelo serviço
1	180595	Contratação do serviço <b>Smart Net Total Care 24x7x4</b> , incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses.	01	N7K-C7009-B2S2E-R N7K-AC-6.0KW N7K-C7009-FAB-2 N7K-F312FQ-25 N7K-F348XP-25x N7K-SUP2E N7K-USB-8GB N7KS2K9-81 N7K-DP-CORE L-N7K-ADV1K9= L-N7K-LAN1K9= N2348TQ-FA-BUN N2K-C2348TQ

#### 3.3 Detalhamento das especificações técnicas

As especificações técnicas para esse produto consistem nas políticas e formas de execução e abertura de chamados, nos serviços de manutenção, bem como no Acordo de Nível de Serviço (ANS),

<sup>2</sup> O quantitativo dos componentes encontra-se detalhado no Anexo III.

conforme preveem, respectivamente, os subitens 5.1, 5.2 e 6.1 deste Termo de Referência.

Saliente-se ainda que o *Smart Net Total Care 24x7x4* deverá contemplar suporte técnico para cada componente dos *switches*, os quais se encontram detalhados no ANEXO III deste documento.

### **3.4 Critérios de medição utilizados**

Os critérios de medição que possibilitarão aferir os efetivos resultados do serviço contemplado serão baseados na observação do correto atendimento do Acordo de Nível de Serviço dos chamados abertos, através da interface de suporte ou canal telefônico versus o seu tempo de atendimento.

### **3.5 Horário e local de prestação**

Os serviços previstos no item 3.2 deverão ser prestados remotamente e de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante os 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano, inclusive sábados, domingos e feriados, através dos canais de suporte técnico estabelecidos pelo fabricante da solução (e empresa licenciada) ou ainda localmente, na Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ-RJ, situada à Avenida Presidente Vargas, nº 670, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro.

A avaliação para substituição de peças defeituosas deverá ser prestada sob demanda, conforme Ordem de Serviço, na modalidade on-line ou presencialmente (no endereço Avenida Presidente Vargas, nº 670, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro), podendo ocorrer dentro das 24 (vinte e quatro) horas do dia, 7 (sete) dias da semana. A verificação da necessidade de substituição deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas depois da avaliação da necessidade de troca de peça defeituosa.

Responsável pelo recebimento: Paulo Marcelo da Rocha Silva, e-mail: telecom@fazenda.rj.gov.br.

## **4 PRAZOS CONTRATUAIS**

### **4.1 Vigência**

A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data convencionada no termo contratual, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato

no Diário Oficial, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Para fins de reajuste contratual será utilizado o Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **4.2 Execução**

A CONTRATADA deverá disponibilizar as licenças, conforme disposto no item 3 deste documento, em até 5 (cinco) dias úteis, após a CONTRATANTE emitir o documento “Autorização de Compra ou Ordem de Serviços”, conforme modelo constante no ANEXO VI – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA ou ORDEM DE SERVIÇOS”.

O suporte do fabricante deverá estar disponível durante toda a vigência contratual.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

### **5.1 Forma de execução e abertura de chamados**

5.1.1 A abertura do chamado deverá ser realizada por meio de uma das seguintes opções:

5.1.2 Automática via sistema disponibilizado pelo fabricante do equipamento;

5.1.3 Via telefone 0800; e

5.1.4 Site do fabricante;

5.1.5 Os chamados deverão ser classificados conforme os níveis de severidade estabelecidos no item “6. Acordo de Nível de Serviço”.

### **5.2 Serviço manutenção**

5.2.1 Os serviços que serão prestados deverão abranger a reparação e substituição do que se fizer necessário para o perfeito funcionamento dos equipamentos durante todo o período de vigência

contratual.

- 5.2.2 Durante o período de execução dos serviços, os equipamentos deverão contar com cobertura de manutenção 24x7 (vinte e quatro horas por dia e sete dias da semana), sem custo adicional.
- 5.2.3 Os serviços de manutenção serão realizados, preferencialmente, de segunda à sexta-feira, das 8 às 18h, podendo sofrer alteração de acordo com a especificidade da manutenção ou critério da CONTRATANTE.
- 5.2.4 Os serviços de manutenção deverão ser executados, a depender da natureza, remotamente e quando necessário, nas dependências da CONTRATANTE, conforme endereço indicado no subitem 3.5 deste documento, sem nenhum adicional para a CONTRATANTE. Os serviços de manutenção com fornecimento e instalação de peças originais serão de responsabilidade do fabricante e prestados diretamente por ela ou por meio de sua rede de assistência técnica autorizada, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 5.2.5 A fornecedora deverá prestar os serviços de assistência técnica especializada, com reposição de peças para infraestrutura de equipamentos e soluções integradas do fabricante Cisco, sendo contemplado *download de software*, o qual consiste em atualizações do sistema operacional, instalação de *patches* (programas de correção de *softwares*) e/ou atualizações de *firmware* a fim de garantir o correto funcionamento dos equipamentos suportados, bem como proporcionar maior conformidade técnica e segurança de todo o sistema.
- 5.2.6 As versões de *software* e qualquer documentação de suporte serão disponibilizadas pelo fabricante.
- 5.2.7 As ferramentas de coleta de dados serão fornecidas pela Cisco com os recursos habilitados como configuração padrão para coletar dados na instalação. Essas coletas continuarão até que as ferramentas de coleta de dados sejam desabilitadas ou desinstaladas.
- 5.2.8 Acesso ao portal do fabricante que contém toda base de conhecimento sobre os produtos Cisco.
- 5.2.9 Substituição avançada de peças de *hardware* – esse serviço contempla a substituição de peças/equipamentos/ componentes defeituosos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. Consiste ainda na disponibilidade de ferramentas de monitoramento do ambiente de ativos Cisco que poderão ser utilizadas pela SEFAZ-RJ para subsidiar a gestão dos ativos Cisco, bem como auxiliar na abertura de chamado no portal do fabricante Cisco. Após a abertura dos chamados contendo as informações dos incidentes, o fabricante deverá substituir a(s) peça(s) defeituosa(s), considerando o prazo de resposta de até 4 (quatro) horas, com um atendimento 24 (vinte e

quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.<sup>3</sup>

- 5.2.10 Deverá ser agendada a coleta de devoluções autorizadas sem custo adicional com base nas políticas de RMA da Cisco, localizadas em seu portal ou qualquer outro serviço que autorize o envio das peças defeituosas sem custo para a SEFAZ-RJ
- 5.2.11 Os atendimentos aos chamados realizados por meio telefônico ou diretamente no portal de serviços do fabricante devem ocorrer, necessariamente, em língua portuguesa.
- 5.2.12 O fabricante está obrigado a garantir o integral cumprimento dos itens previstos no SLA<sup>4</sup> CISCO.
- 5.2.13 As peças defeituosas devem ser devolvidas no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de envio da substituição. Para peças defeituosas que não tenham sido devolvidas dentro de 30 (trinta) dias corridos após o envio das peças de reposição e que não tenham sido recolhidas pelo fabricante nos termos das políticas de RMA, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de descartar as peças e/ou componentes inservíveis da forma que for mais conveniente e oportuna.

### **5.3 Transferência de Conhecimento**

- 5.3.1 A CONTRATADA deverá se comprometer a habilitar a equipe interna da CONTRATANTE no uso de eventuais serviços desenvolvidos e implantados ou nos produtos fornecidos dentro do escopo do Contrato, repassando todo o conhecimento necessário para tal, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade dos serviços e de dependência técnica.
- 5.3.2 A transferência de conhecimentos, no uso das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais, em eventos específicos de transferência de conhecimento, e preferencialmente à equipe gerencial indicada pela CONTRATANTE, devendo estar baseada em documentos técnicos e/ou manuais específicos do fabricante, entre outros.

### **5.4 Avaliação da qualidade e aceite do objeto**

---

<sup>3</sup> Disponível em: [www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/cloud-systems-management/smart-net-total-care/datasheet-c78-735459.html](http://www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/cloud-systems-management/smart-net-total-care/datasheet-c78-735459.html) . Acesso em 06 jun. 2023.

<sup>4</sup> *Service Level Agreement* - um contrato entre um *Internet Service Provider* e uma empresa que define quais as expectativas que ambos devem ter em termos de definição de serviços, disponibilidade, desempenho e operacionalidade do sistema.



5.4.1 O recebimento provisório se dará em até 5 (cinco) dias úteis para verificação da conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas neste Termo de Referência.

5.4.2 O recebimento definitivo se dará no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de emissão do Recebimento Provisório e após a comprovação do perfeito funcionamento dos serviços e cumprimento das demais condições estabelecidas.

## **6 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)**

### **6.1 Níveis de serviço**

6.1.1 O suporte técnico da fabricante deve estar disponível para abertura de chamados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, mediante e-mail ou outro sistema de abertura que permita o registro com controle de histórico.

6.1.2 O tempo de solução será contabilizado entre a abertura do chamado e restabelecimento do sistema em sua totalidade.

6.1.3 Para efeitos de restabelecimento do sistema em sua totalidade, serão consideradas soluções definitivas e/ou de contorno (temporária) que restabeleçam o funcionamento normal da solução.

6.1.4 O tempo de atendimento inicia-se com a primeira intervenção realizada pela central de suporte técnico da fabricante, local ou remotamente.

6.1.5 Os descontos por descumprimento de prazo serão aplicados sobre os valores mensais do suporte técnico, de forma proporcional à indisponibilidade aferida em consonância com este ANS, sem prejuízo das demais sanções previstas no item 9 deste Termo de Referência.

6.1.6 Em caso de problema ou incidente de *hardware* ou de *software*, os seguintes prazos máximos deverão ser obedecidos para o início do atendimento e término da correção do problema:

Tipo de Incidente	Exemplos de cenários	Início do atendimento <sup>5</sup>	Crítérios de medição	Desconto por descumprimento
Gravidade 1	Uma rede ou ambiente existente está inativo ou há um impacto crítico na operação comercial do usuário final. O usuário final e a Cisco comprometerão recursos em tempo integral para resolver a situação.	1 (uma) hora	<p><b>Meta:</b> Cumprimento do prazo de início de atendimento</p> <p><b>Indicador:</b> Tempo de atendimento</p> <p><b>Instrumento de Medição:</b> Ferramenta de suporte técnico disponibilizada pela Contratada</p>	<p><b>Meta:</b> 2,0% (dois) sobre o faturamento mensal, por ocorrência</p>
Gravidade 2	A operação de uma rede ou ambiente existente é severamente degradada ou aspectos significativos da operação comercial do usuário final são impactados negativamente pelo desempenho inaceitável da rede ou ambiente. O usuário final e a Cisco comprometerão recursos em tempo integral durante o horário comercial padrão pra resolver a situação.	01 (uma) hora	<p><b>Meta:</b> Cumprimento do prazo de início de atendimento</p> <p><b>Indicador:</b> Tempo de atendimento</p> <p><b>Instrumento de Medição:</b> Ferramenta de suporte técnico</p>	<p><b>Meta:</b> 1,5% (um e meio) sobre o faturamento mensal, por ocorrência</p>

<sup>5</sup> Disponível em: [www.cisco.com/c/dam/en\\_us/about/doing\\_business/legal/service\\_descriptions/docs/cisco-smart-net-total-care.pdf](http://www.cisco.com/c/dam/en_us/about/doing_business/legal/service_descriptions/docs/cisco-smart-net-total-care.pdf). Acesso em 06 jun. 2023.

Gravidade 3	O desempenho operacional da Rede ou Ambiente é prejudicado, embora a maioria das operações de negócios permaneça funcional. O usuário final e a Cisco estão dispostos a comprometer recursos durante o horário comercial padrão para restaurar o serviço a níveis satisfatórios.	Dentro e 1 (uma) hora durante o horário comercial e, se fora do horário comercial, no próximo dia útil.	disponibilizada pela Contratada	<p><b>Meta:</b></p> <p>1,0 % (um) sobre o faturamento mensal, por ocorrência</p>
Gravidade 4	São necessárias informações sobre recursos, instalação ou configuração do produto Cisco. Há pouco ou nenhum impacto na operação comercial do usuário final. O usuário final e a Cisco estão dispostos a fornecer recursos durante o horário comercial padrão para fornecer informações ou assistência conforme solicitado.	Dentro e 1 (uma) hora durante o horário comercial e, se fora do horário comercial, no próximo dia útil.		<p><b>Meta:</b></p> <p>0,5 % (meio) sobre o faturamento mensal, por ocorrência</p>

6.1.7 Para os casos que envolvam substituição avançada de peças de *hardware*, com serviços no local, a fabricante deverá atender no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, a partir da Autorização de Devolução de Material (RMA);<sup>6</sup>

6.1.8 A finalização de cada atendimento só poderá ser efetuada com anuência formal do responsável técnico da CONTRATANTE.

## 7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.2 Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos, pertinentes à execução do contrato;

7.3 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços prestados, utilizando o Acordo de Nível de Serviço;

---

<sup>6</sup> Disponível em: [www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/cloud-systems-management/smart-net-total-care/datasheet-c78-735459.html](http://www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/cloud-systems-management/smart-net-total-care/datasheet-c78-735459.html) . Acesso em 06 jun. 2023.

- 7.4 Acompanhar o andamento da entrega dos produtos e serviços contratados por intermédio da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- 7.5 Designar servidores para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências em livro próprio, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 7.6 Tomar decisões em problemas que necessitam de resolução da CONTRATANTE de forma a não impactar o cronograma estabelecido entre as partes;
- 7.7 Garantir o livre acesso às informações e documentações relevantes dos sistemas, aplicações e infraestrutura da CONTRATANTE, incluindo documentação técnica necessária para a execução dos serviços contratados.
- 7.8 Garantir que os profissionais da equipe da CONTRATANTE, necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido entre as partes, estejam disponíveis quando necessário.
- 7.9 Receber e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, conforme descrição das OS.
- 7.10 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas necessárias.
- 7.11 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções;
- 7.12 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 7.13 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.14 Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- 7.15 Na abertura de chamados de suporte técnico, identificar o nível de criticidade da demanda, quando aplicável; e
- 7.16 A CONTRATANTE fica proibida de repassar e/ou compartilhar quaisquer informações fiscais sigilosas, em função de seus deveres de proteção e sigilo, extraídos do art. 198 do Código Tributário Nacional, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018, assim como outros dados e informações sigilosas por expressa disposição legal (como, por exemplo, as hipóteses de sigilo permitidas e previstas na Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018, e Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014).

## **8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1 Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- 8.2 Designar formalmente preposto da empresa e substituto eventual, para representá-la na execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à SEFAZ-RJ, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 8.3 Participar, se assim for solicitado pela CONTRATANTE, com a presença do preposto da equipe indicada, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reuniões de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe designada pela SEFAZ-RJ para a Gestão do Contrato;
- 8.4 Manter-se, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações trabalhistas, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.5 Reportar à CONTRATANTE, verbalmente e por escrito, erros ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços ou qualquer situação que caracterize descumprimento ou atraso no cumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência;
- 8.6 Responder por todos os ônus referentes à realização dos serviços ora contratados, desde os salários dos seus empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
- 8.7 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- 8.8 Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido, sempre que necessário.
- 8.9 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada, prazos estipulados e conforme as orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade e boas práticas recomendadas em documentações disponibilizadas pelo fabricante para implantação e configuração dos serviços objeto deste Termo de Referência e seus anexos.
- 8.10 Zelar pelo sigilo de quaisquer informações dos sistemas, dados hospedados em algum dispositivo de armazenamento, usuários, topologia, configurações, políticas de segurança e ao

modo de funcionamento e tratamento das informações da SEFAZ-RJ, durante a vigência do contrato, bem como após o seu término, salvo quando houver autorização expressa da CONTRATANTE para divulgação.

- 8.11 Fornecer todos os documentos exigidos pela CONTRATANTE (ex.: planilhas, diagramas de arquitetura, etc.) em formato compatível com as principais ferramentas Microsoft, tais como Word, Excel, Visio e Project, e Adobe, dentre outras, sem nenhum ônus adicional.
- 8.12 Documentar e repassar à CONTRATANTE todo o conhecimento técnico utilizado na execução de todos os serviços por ela prestados.
- 8.13 Proceder à substituição avançada de peças e/ou equipamentos, mantendo as características dos equipamentos originais;
- 8.14 Atribuir profissionais técnicos qualificados e certificados oficialmente pelo fabricante nas soluções objeto deste termo de referência, sendo obrigatória a apresentação de documento comprobatório da certificação dos profissionais antes do início da execução dos serviços previstos.
- 8.15 Manter, por seus representantes ou prepostos, sigilo quanto aos trabalhos executados e elementos utilizados;
- 8.16 Manter, em observância às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por processos de licitação;
- 8.17 Elaborar, caso ocorra, relatório sobre a prestação dos serviços, acompanhando a fatura ou nota fiscal, dirigido à Comissão de Fiscalização do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.
- 8.18 Entregar à CONTRATANTE evidências irrefutáveis que comprovem a execução dos serviços, como condição de ateste/aceite das fases previstas;
- 8.19 Fornecer à CONTRATANTE os documentos necessários para o pagamento à CONTRATADA;
- 8.20 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 8.21 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros;
- 8.22 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo respectivo objeto contratado não podendo, em qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas ocorridos na execução do serviço.

- 8.23 Atender, por meio do preposto indicado, qualquer solicitação por parte dos fiscais do contrato, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado;
- 8.24 Manter atualizados seu endereço, e-mail, telefones e dados bancários;
- 8.25 Comunicar à CONTRATANTE a disponibilização dos produtos;

## 9 PENALIDADES

- 9.1 No caso de a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como àquelas dispostas no artigo 7º da Lei 10.520/2002.
- 9.2 Os quadros abaixo descrevem o grau das penalidades específicas de acordo com as infrações cometidas:

Grau	Correspondência
1	1% sobre o valor do contrato.
2	3% sobre o valor do contrato.
3	1% por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitando o limite do art. 412 do Código Civil sem prejuízo da rescisão unilateral ou de aplicação das sanções administrativas.
4	até 5% sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente sobre as parcelas não executadas.

Infrações		
Item	Descrição	Grau
1	Suspender ou interromper os serviços determinados pela Administração, por ocorrência.	3
2	Deixar de fornecer ou repor garantia contratual.	4
3	Deixar de cumprir cronograma/programação dos serviços na sua íntegra, restando serviços incompletos e/ou mal acabados, trazendo com isso transtornos à Contratante, por ocorrência.	1
4	Deixar de cumprir determinação formal, instrução complementar do órgão fiscalizador, ou as normas disciplinares e de segurança da Contratante, por ocorrência.	1

5	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	2
6	Não manter um preposto responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a entidade sobre assuntos relacionados à execução do contrato.	2
7	Inexecução parcial ou total do objeto	4

- 9.3 As penalidades descritas acima são meramente exemplificativas, reservando-se à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do contrato o direito de verificada a ocorrência de infração, segundo a proporcionalidade e a razoabilidade, utilizar outros critérios para a dosimetria da pena.
- 9.4 Nas reincidências específicas, a multa compensatória deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- 9.5 As penalidades descritas acima serão aplicadas, sem prejuízo, das demais previstas na Lei nº 8.666/93 e no Edital.
- 9.6 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## 10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, para a devida verificação da capacidade de entrega das quantidades demandadas frente à segurança da manutenção da boa qualidade dos itens, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei nº 8.666/93, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

10.1.1 A comprovação de aptidão referida no item anterior será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, na forma do artigo 30, II c/c §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.1.2 O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado e conter o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoas(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição eminente como CNPJ, endereço e telefone.

10.1.3 É considerado, parcela de maior relevância técnica, o seguinte serviço:

10.1.3.1 Serviço *Smart Net Total Care* 24x7x4, incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses.



10.1.4 O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a aptidão para fornecimento de um quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do total de itens ou dos serviços a serem arrematados desde que os objetos do(s) atestado(s) sejam semelhantes aos da presente licitação.

10.1.5 Os serviços indicados no subitem 10.1.3 foram identificados, para fins de qualificação técnica, como sendo os de maior relevância técnica e de valor significativo, por se tratar dos itens de maior especificidade e custo.

10.1.6 O serviço indicado no subitem 10.1.3 foi identificado, para fins de qualificação técnica, como sendo o de maior relevância técnica e de valor significativo, por se tratar de único item e de maior especificidade e custo.

10.1.7 Para a comprovação da qualificação técnica exigida será permitido o somatório de quantitativos através da apresentação de mais de um atestado, para os contratos que forem executados simultaneamente.

## **11 DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da Unidade Orçamentária 2061 – FAF (Fundo Especial de Administração Fazendária).

- Programa de Trabalho: 2061.04.126.0435.8103
- Natureza de Despesa: 3.3.91.40.11
- Fonte de Recursos: 100

## **12 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **12.1 Natureza do bem ou serviço**

A aquisição e serviços pretendidos nesta contratação são considerados comuns por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento de propostas, mediante especificações do mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

### **12.2 Registro justificado de mão de obra residente**

A prestação de serviços não envolve “dedicação exclusiva de mão de obra” – nos termos do

art. 17 da IN 05/SEGES/MPDG de 26/05/2017 –, uma vez que a CONTRATADA poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para execução simultânea de outros contratos. A prestação dos serviços eventuais e temporários também não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **12.3 Subcontratação**

Segundo o Acórdão nº 2002/2005 – Plenário do TCU, foi consignado que a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º, Lei nº 8.666/93).

Dado que a subcontratação não figura como condição necessária para a execução do contrato, aponta-se que não será admitida a possibilidade de subcontratação do objeto.

### **12.4 Participação de consórcios e/ou cooperativas**

A figura do consórcio que, diga-se, é uma associação de dois ou mais indivíduos, empresas, organizações ou governos (ou qualquer combinação destas entidades), com o objetivo de participar numa atividade em comum ou de partilha de recursos para atingir um objetivo comum, é usualmente admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Destaca-se, na presente licitação, a natureza simples e comum da contratação, não se vislumbrando qualquer vantagem em admitir-se consórcios, sendo certo que a competitividade do certame em nada será impactada em função da restrição, vez que o objeto é compatível com empresas atuantes no ramo licitado e demonstram possuir condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que por consequência não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

Tendo em vista que a admissão ou não de empresas estabelecidas em consórcio é ato discricionário da administração previsto no Art. 33 da Lei nº 8.666/93, não serão admitidas empresas estabelecidas em consórcio no presente processo licitatório.

Não se aplica a participação de cooperativa para o objeto desta contratação, dada a necessidade de subordinação para a prestação dos serviços. Segundo o Acórdão 2221/2013 – Plenário do TCU,

destaca-se que “é irregular a participação de cooperativas em licitação cujo objeto se refira à prestação de serviço que demande requisitos próprios da relação de emprego, como subordinação (hierarquia) e habitualidade (jornada de trabalho) dos trabalhadores”.

Nos termos da Orientação Administrativa PGE nº 08, deve ser vedada a participação das cooperativas de serviços nas licitações destinadas a selecionar contratado para prestar serviços em relação aos quais se presume a subordinação dos trabalhadores que o exercem.

## 12.5 Parcelamento do objeto

Conforme o “Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação”<sup>7</sup> elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), *“uma solução de TI engloba todos os elementos necessários que se integram para o alcance dos resultados pretendidos com a contratação, de modo a atender à necessidade que a desencadeou”* (TCU, 2012, p. 19).

Significa dizer que a solução deve ser planejada como um todo, mas também é preciso que seja dividida em tantos objetos quantos possíveis para fins de contratação. De acordo com os arts. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/93, as licitações públicas devem ser apartadas em tantos itens que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem perda da economia de escala.

Há de se observar que o objeto para a pretensa contratação deve ser tratado como solução única uma vez que ele abrange um único serviço de suporte técnico especializado. Não é possível conceber a divisão em lotes de um objeto que já se materializa em único item, o serviço **Smart Net Total Care 24x7x4**. Logo, não cabe discutir a quantidade de equipamentos que serão acobertados pelo referido serviço de suporte, sendo certo que tal parâmetro é irrelevante para se discorrer sobre a exequibilidade do parcelamento do objeto.

Nessa esteira, os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação avaliaram que, embora pacífico o entendimento de que o parcelamento da solução seja a regra, para a contratação em tela não se aplica, tendo em vista que o *Smart Net* consiste em um serviço fornecido e prestado de maneira una, sendo, portanto, tecnicamente inviável o seu parcelamento.

O TCU se pronunciou através do Acórdão n.º 732/2008, no seguinte sentido: *“... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especialidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso*

---

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B22132B79D2>

concreto”.

Da mesma forma, o Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer n.º 2086/00, elaborado no Processo n.º 194/2000 do TCDF, que esclarece:

*“Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se, por exemplo, as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo o todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido”.*

No tocante à viabilidade econômica, verifica-se que, da análise de contratos similares, o mercado fornece os serviços ora especificados como uma solução indissociável de modo a ser fornecido por uma só empresa credenciada.

Quanto à relação entre o parcelamento do objeto e o mercado fornecedor da pretendida solução, deve ser levado em conta que o propósito máximo do referido instituto é oportunizar o maior aproveitamento do mercado. Dessa forma, quanto ao contexto mercadológico em que está inserido o objeto pretendido, observa-se que a comercialização do serviço desejado é realizada por meio de parceiros credenciados<sup>8</sup> pelo fabricante CISCO, logo trata-se de venda indireta. Conclui-se que o modelo de negócios praticado pelo fabricante em comento já proporciona ao mercado o seu maior aproveitamento, pois mesmo considerando que o rol de fornecedores é finito, todas as empresas credenciadas possuem as mesmas condições de prospecção e fechamento de negócios na relação

---

<sup>8</sup> Disponível em: [Partner Finder \(cisco.com\)](https://www.partnerfinder.cisco.com). Acesso em 15 Set 2022.

existente entre Administração Pública, Fornecedores (empresas credenciadas) e Fabricante (CISCO).

Conclui-se, portanto, que a prática neste mercado específico é comercializar os serviços de suporte em um único lote, resultando assim, no pleno aproveitamento do mercado sem, contudo, comprometer a competitividade, uma vez que o universo de potenciais licitantes, embora finito, não implica, necessariamente, em restrição à competição, dado que todas as empresas competirão em pé de igualdade.

Em síntese, justifica-se **o não parcelamento do objeto**, visto que além de não se mostrar viável economicamente e nem conveniente para a Administração, o eventual parcelamento incorreria em risco adicional à eficiência em relação aos serviços que serão prestados, já que o *Smart Net Total Care* somente é fornecido pela Cisco, conforme já exposto ao longo do Estudo Técnico Preliminar.

### **13 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até 30 (trinta) dias corridos após a verificação do cumprimento efetivo do Acordo de Nível de Serviço o e o ateste pela Comissão de Fiscalização do Contrato nas respectivas Notas Fiscais, relativo aos serviços efetivamente executados no período.

### **14 GARANTIA CONTRATUAL**

14.1 A CONTRATADA se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à SEFAZ-RJ, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, em uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro a ser depositada via GRE; título da dívida pública; fiança bancária ou seguro-garantia.

14.2 A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

### **15 PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 15.1 O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;
- 15.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, que serão oportunamente designados pela CONTRATANTE;
- 15.3 Os representantes da SEFAZ-RJ, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;
- 15.4 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados;
- 15.5 A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

## **16 MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

O certame licitatório será realizado na modalidade de pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço global por item, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02 e a Resolução SEPLAG nº 429/2011.

## **17 REGIME DE EXECUÇÃO**

Para a presente contratação será adotada a execução indireta no regime de empreitada por preço global.

## **18 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS**

Para julgamento e classificação das propostas será adotado o menor preço global, observados o Acordo de Níveis de Serviço definidos neste Termo de Referência.

## **19 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

Integram este Termo de Referência os documentos a seguir relacionados, os quais estão vinculados à execução do contrato e sendo dele parte integrante, após devidamente ajustados com as informações correspondentes às partes CONTRATANTES:

- ANEXO I – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
- ANEXO III – DETALHAMENTO DOS COMPONENTES DOS SWITCHES CORE E RESPECTIVOS CÓDIGOS DE SUPORTE CISCO
- ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
- ANEXO V – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
- ANEXO VI – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU ORDEM DE SERVIÇO
- ANEXO VII – TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

## **20 ASSINATURAS**

Por este instrumento, **assinado eletronicamente**, a Equipe de Planejamento da Contratação, conclui o Termo de Referência na fase de Planejamento da Contratação.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2023.

### **ASSINADO ELETRONICAMENTE**

Integrante Requisitante

Integrante Técnico

Autoridade Máxima de TIC

## ANEXO I – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

[illegible]



## ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Global
1	Contratação do serviço <b>Smart Net Total Care 24x7x4</b> , incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses.	1	subscrição	R\$	R\$

### ANEXO III – DETALHAMENTO DOS COMPONENTES DOS SWITCHES CORE E RESPECTIVOS CÓDIGOS DE SUPORTE CISCO

Descrição do suporte a ser contratado	Quantidade	Equipamentos/módulos	Componentes (integram cada switch/módulo)	Série	End of Support <sup>9</sup>
Cisco CON-SNTP-N7KC7009 para N7K-C7009-B2S2E-R	02	Switch Nexus 7009 Bundle (Nexus7009Bundle (Chassis,2xSUP2E,5xFAB2), No Power Supplies)	N7K-C7009-B2S2E-R	JPG2202005L	28/02/2027
			N7K-C7009-B2S2E-R	JPG2202005R	
		Cisco Nexus 7000 6.0kW AC Power Supply Module (fonte)	N7K-AC-6.0KW	ART2144F62N	
			N7K-AC-6.0KW	ART2144F61G	
			N7K-AC-6.0KW	DTM213301XW	
			N7K-AC-6.0KW	DTM2133020G	
		Cisco Nexus 7000 - 9 Slot Chassis 110Gbps/Slot Fabric Module	N7K-C7009-FAB-2	JAE214304X5	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE2141031S	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE214304WY	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE213600B4	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE213600CC	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE214304W5	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE21280CJ4	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE214102ZC	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE2143051B	
			N7K-C7009-FAB-2	JAE214304YS	
		Nexus 7000 F3-Series 12-Port 40G Ethernet Module	N7K-F312FQ-25	JAE22090CTB	
			N7K-F312FQ-25	JAE221109MD	
		Nexus 7000 F3-Series 48 Port 10GbE (SFP+)	N7K-F348XP-25	JAE22120DW5	
			N7K-F348XP-25	JAE22120DUE	
			N7K-F348XP-25	JAE22120DWD	
			N7K-F348XP-25	JAE2213083C	
		Cisco Nexus 7000 Series Supervisor2 Enhanced Module	N7K-SUP2E	JAE22130C78	
			N7K-SUP2E	JAE22130C81	
			N7K-SUP2E	JAE22130C6J	
			N7K-SUP2E	JAE22130C7H	
		Nexus 7K USB Flash Memory	N7K-USB-8GB	N/A	
			N7K-USB-8GB	N/A	
			N7K-USB-8GB	N/A	
			N7K-USB-8GB	N/A	
Cisco CON-SNTP-2348TQFA	04	Switch Cisco Nexus 2300 (Standard airflow pack: N2K-C2348TQ, 2AC PS, 3 Fan)	N2348TQ-FA-BUN	FOC2209R0NS	30/09/2025
			N2348TQ-FA-BUN	FOC2211R006	
			N2348TQ-FA-BUN	FOC2209R26P	
			N2348TQ-FA-BUN	FOC2209R0RW	

<sup>9</sup> “Last Date of Support (A última data de suporte) HW”: A última data para receber o serviço e o suporte aplicáveis ao produto, conforme autorizado por contratos de serviço ativos ou pelos termos e condições de garantia. Após essa data, todos os serviços de suporte para o produto ficam indisponíveis e o produto se torna obsoleto. Disponível em: <https://www.cisco.com/c/en/us/products/collateral/switches/nexus-2000-series-fabric-extenders/eos-eol-notice-c51-742812.html>. Acesso em 06 mar 2023.

para N2348TQ- FA-BUN		Cisco Nexus 2000 Series Fabric Extender	N2K-C2348TQ	N/A	
			N2K-C2348TQ	N/A	
			N2K-C2348TQ	N/A	
			N2K-C2348TQ	N/A	

## ANEXO IV- MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

(O modelo abaixo é apenas exemplificativo, podendo sofrer alterações durante a execução do contrato).

Termo de Recebimento Provisório	
Contrato nº	Vigência:
Processo Administrativo nº:	
CONTRATADA:	
CONTRATANTE:	
Ordem de Serviço:	
Data da Emissão:	
Objeto:	

Por este instrumento, atestamos, nos termos da Cláusula XX do contrato em epígrafe, que o objeto foi entregue em XX e a sua instalação concluída em XX. O objeto ora recebido provisoriamente não conclui o cumprimento da obrigação, ficando sujeito a posterior verificação de sua qualidade e quantidade.

Ressaltamos que o recebimento definitivo deste bem ocorrerá em até XX dias úteis, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

### Fiscal de Contrato 1

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

### Fiscal de Contrato 2

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

### Fiscal de Contrato 3

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

## ANEXO V – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

(O modelo abaixo é apenas exemplificativo, podendo sofrer alterações durante a execução do contrato).

Termo de Recebimento Definitivo	
Contrato nº	Vigência:
Processo Administrativo nº:	
CONTRATADA:	
CONTRATANTE:	
Ordem de Serviço:	
Data da Emissão:	
Objeto:	

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
Item	Descrição de Produto e Serviço	Und	Qtd	Total
1				
2				
3				
4				
			<b>TOTAL DOS ITENS</b>	

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto na Cláusula XX do Contrato XX, que os serviços e os bens entregues, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência do Contrato acima referenciado.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**Fiscal de Contrato 1**

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

**Fiscal de Contrato 2**

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

**Fiscal de Contrato 3**

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

## ANEXO VI – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA OU ORDEM DE SERVIÇOS

Objeto: Contratação do serviço **Smart Net Total Care 24x7x4**, incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos.

### 1. REFERÊNCIA

1.1. Processo Licitatório nº:

1.2. Contrato nº:

1.3. Valor do Contrato: R\$ xxxxxxxx (valor por extenso).

1.4. Vigência Contratual:

1.5. Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato:

Item	Descrição do item	Quantidade	Und	Valor Unitário	Valor Global
1	Contratação do serviço <b>Smart Net Total Care 24x7x4</b> , incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses.	01	subscrição	R\$	R\$

1.6 Prazo de entrega: Até o dia xx/xx/20xx

1.7. Responsável pelo recebimento e conferência da entrega:

Pela presente Ordem de Serviços, autorizamos a **<Descrever CONTRATADA>** a iniciar na data de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_ os serviços, objeto do contrato acima epigrafado, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa **<Descrever CONTRATADA>**.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

**Fiscal de Contrato 1**

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

**Fiscal de Contrato 2**

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

**Fiscal de Contrato 3**

<Cargo>

<Setor>

<Id Funcional nº>

## **ANEXO VII – TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

Os abaixo assinados, de um lado Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Av. Presidente Vargas Nº 670, doravante denominado SEFAZ-RJ, e de outro lado....., CNPJ Nº ...../0001-01, situada em ....., a Rua: ....., bairro....., doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justa e acertada a celebração do presente TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, através do qual a CONTRATADA aceita não divulgar sem autorização prévia e judicial segredos e informações sensíveis de propriedade da SEFAZ-RJ e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A CONTRATADA obriga-se a tratar como “Segredos comerciais e confidenciais” todos os produtos e subprodutos relativos aos serviços contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Entregar, no momento da rescisão contratual, isto é, do aceite final do projeto, toda e qualquer documentação, material de propriedade do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Destruir no final do contrato, ou quando for solicitada, toda e qualquer informação além dos produtos de propriedade do CONTRATANTE que estejam em seu poder, tais como bancos de dados, fontes e documentação de programas, fluxos de processo.

**CLÁUSULA QUARTA** - Não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados, ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização por escrito do CONTRATANTE ou determinação judicial, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos de acordo com os termos constantes no presente documento.

**CLÁUSULA QUINTA** - Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros. Devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios e empregados, pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso seja constatada a necessidade de quebra de confidencialidade em relação a alguma informação específica, a CONTRATADA só poderá fazê-lo exclusivamente por meio de determinação judicial.

**CLÁUSULA SEXTA** - Qualquer falha na segurança da informação, identificada por qualquer colaborador, deve ser imediatamente comunicada a SEFAZ-RJ para avaliação e determinação das ações que se fizerem necessárias.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os acessos à rede de dados da SEFAZ-RJ são gerenciados em todos os tipos de conexão, devendo os profissionais ser identificados e ter acessos apenas às informações e aos recursos tecnológicos necessários ao desempenho de suas atividades.

**CLÁUSULA OITAVA** - A CONTRATADA responderá solidariamente com seus agentes empregados e prepostos, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido, sujeitando-se a arcar com indenização por perdas e danos patrimoniais e morais e/ou lucros cessantes decorrentes da quebra do sigilo;

**CLÁUSULA NONA** - O acesso à Informação Confidencial será restrito ao profissional alocado para a execução dos SERVIÇOS. É vedado o controle exclusivo, por apenas um profissional, de um processo de negócio ou recurso.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Em caso de perda ou extravio de quaisquer informações confidenciais do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá notificar por escrito a CONTRATANTE imediatamente;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A não observância do disposto sobre Confidencialidade torna a PARTE infratora sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, apuração de responsabilidade criminal em processo administrativo ou judicial, apuração de responsabilidades de acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade), sem prejuízo, igualmente, de o servidor público responder a processo administrativo disciplinar, com base no Decreto-Lei 220/1975 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro) ou em qualquer outra lei de regência específica das carreiras públicas, como a Lei Complementar nº 69/1990, para o caso dos Auditores Fiscais;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – A CONTRATADA deve assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, mediante a ciência de seus colaboradores em Termo próprio a ser firmado entre a CONTRATADA/colaboradores, no qual os mesmos comprometer-se-ão a informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A coleta dos Termos de Sigilo não exime a CONTRATADA das



penalidades por violação das regras por parte de seus contratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – A CONTRATADA compromete-se a estar ciente e em conformidade com as regras estabelecidas na Política de Segurança da Informação da SEFAZ-RJ, devendo atender as seguintes normas:

I - a Lei no 9.983, de 14 de julho de 2000, que dispõe sobre a responsabilidade civil e criminal de usuários que cometam irregularidades em razão do acesso a dados, informações e sistemas informatizados da Administração Pública;

II - o Decreto no 3.505, de 13 de junho de 2000, que institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades de Administração Pública Federal;

III - o Decreto no 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - O atendimento deste Termo de Sigilo e Confidencialidade bem como da Política de Segurança da Informação da SEFAZ-RJ devem ser incorporados formalmente ao contrato de trabalho dos servidores da CONTRATADA que prestarem serviços a SEFAZ-RJ.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização civil, criminal e administrativa, de acordo com a legislação vigente e as obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual entre a CONTRATADA e a SEFAZ-RJ e abrangem as informações presentes ou futuras, permanecendo as regras do sigilo fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20xx.

---

SEFAZ-RJ

---

Responsável do Contrato pela empresa

<div></div> <div>ANEXO II</div> <div>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</div> <div>PROPOSTA DETALHE</div>		Licitação por <b>PREGÃO SEFAZ-RJ N.º XX/XXXX</b>				
		A Realizar-se em: XX/XX/XXXX às XX:XX				
		Requisição nº PES 0028/2023				
		Processo nº <b>SEI-040227/000076/2023</b>				
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente as condições estipuladas constante do <b>EDITAL nº XX/XXXX</b>		CARIMBO DA FIRMA				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA OFERECIDA	PREÇO SEM ICMS (R\$)	
					UNIT.	TOTAL
01	<p>Contratação do serviço Smart Net Total Care 24x7x4, incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante pelo período de 12 (doze) meses.</p> <p>O detalhamento completo encontra-se discriminado no Termo de Referência (Anexo I), que passa a fazer parte integrante do edital.</p>	UND	1			
<div>OBSERVAÇÕES:</div> <p>1ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- ser enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras;</li><li>- conter preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;</li></ul> <p>2ª O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos;</p> <p>3ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas</p> <p>4ª A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>		<p>Prazo de Execução: Conforme Termo de Referência (Anexo I).</p> <p>Validade da Proposta-Detalhe: 60 (sessenta) dias.</p> <p>Local de Entrega: Conforme Termo de Referência (Anexo I)</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em ____/____/____</p> <div>Firma Proponente</div>				
<div>Data ____/____/____</div> <div>Firma Proponente – Assinatura Responsável</div>						



**ANEXO II**  
**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**  
**PROPOSTA DETALHE**

Licitação por **PREGÃO SEFAZ-RJ N.º XX/XXXX**

A Realizar-se em: XX/XX/XXXX às XX:XX

Requisição n.º PES 0028/2023

Processo n.º **SEI-040227/000076/2023**

A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente as condições estipuladas constante do **EDITAL n.º XX/XXXX**

CARIMBO DA FIRMA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA OFERECIDA	PREÇO SEM ICMS (R\$)	
					UNIT.	TOTAL
	<p><b><u>OBSERVAÇÕES:</u></b></p> <p><b><u>1) O licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta detalhe, planilha de composição de custos, discriminando os valores referentes aos serviços, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I).</u></b></p> <p>2) É obrigatório a informação da marca oferecida;</p> <p>3) Deverão preencher as colunas “Preço com ICMS” e “Preço sem ICMS”, Unitário e Total, apenas os fornecedores sujeito ao Convênio CONFAZ n.º 26/2003 e a Resolução SEFAZ n.º 971/2016. Os demais fornecedores preencherão apenas a coluna Preço com ICMS, Unitário e Total.</p> <p>4) Para fornecedores sujeitos ao Convênio CONFAZ n.º 26/2003 e a Resolução SEFAZ n.º 971/2016, o valor por extenso deverá ser o UNITÁRIO TOTAL, da coluna Preço sem “ICMS”.</p> <p><b>DADOS BANCÁRIOS/LICITANTE</b> <b>BANCO BRADESCO S/A:</b> <b>CONTA CORRENTE N.º:</b> <b>AGÊNCIA:</b></p> <p><b>INFORMAÇÃO PARA FATURAMENTO:</b> <b>FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO</b> <b>FAZENDÁRIA</b> <b>CNPJ: 27.326.220/0001-66</b> <b>INSC.: ESTADUAL: ISENTO</b> <b>END: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS 670 – 11º</b> <b>ANDAR - RIO DE JANEIRO/RJ</b> <b>CEP 20071-001</b></p>					

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Firma Proponente – Assinatura Responsável



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

Contrato nº XX /2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DENOMINADO *SMART NET* NA MODALIDADE *TOTAL CARE 24 X 7 X 4*, CONSISTENTE NO SUPORTE E MANUTENÇÃO DE COMUTADORES DE REDE (*SWITCHES CORE*) DA MARCA CISCO E RESPECTIVOS COMPONENTES, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E SUPORTE TÉCNICO DO FABRICANTE, COM O PROPÓSITO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO – SEFAZ/RJ.**

**O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através do **FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FAF da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ**, doravante denominado **CONTRATANTE**, situado à Av. Presidente Vargas, n. 670, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001, inscrita no CNPJ sob o n. 27.326.220/0001-66, representado neste ato por seu gestor, **LEONARDO DAS NEVES CORRÊA, identidade Funcional n. 4385039-1, inscrito no CPF sob o n. 054.243.667- 16**, e a empresa \_\_\_\_\_ situada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, domiciliada na Rua \_\_\_\_\_,



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

Cidade \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DENOMINADO SMART NET NA MODALIDADE TOTAL CARE 24 X 7 X 4, CONSISTENTE NO SUPORTE E MANUTENÇÃO DE COMUTADORES DE REDE (SWITCHES CORE) DA MARCA CISCO E RESPECTIVOS COMPONENTES, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E SUPORTE TÉCNICO DO FABRICANTE, COM O PROPÓSITO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO – SEFAZ/RJ**, com fundamento no processo administrativo [SEI-040227/000076/2023](#) que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos n. 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviço *Smart Net Total Care 24x7x4*, incluindo a disponibilização de peças originais e suporte técnico do fabricante, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ), de modo a garantir níveis satisfatórios de disponibilidade, eficiência, integridade e segurança dos respectivos ativos, conforme o detalhamento dos componentes dos *switches core* e respectivos códigos de suporte Cisco, assim como as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, em especial o quantitativo dos componentes detalhado no Anexo III do instrumento de referência (TR).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para a presente contratação será adotada a execução indireta no regime de empreitada por preço global.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO SEGUNDO – Não será admitido o parcelamento do objeto.**

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação do extrato deste instrumento no D.O.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços prestados, utilizando o **Acordo de Nível de Serviço**;
- e) acompanhar o andamento da entrega dos produtos e serviços contratados por intermédio da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- f) designar servidores para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências em livro próprio, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- g) tomar decisões em problemas que necessitam de resolução da **CONTRATANTE** de forma a não impactar o cronograma estabelecido entre as partes;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- h) garantir o livre acesso às informações e documentações relevantes dos sistemas, aplicações e infraestrutura da CONTRATANTE, incluindo documentação técnica necessária para a execução dos serviços contratados**
- i) garantir que os profissionais da equipe da CONTRATANTE, necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido entre as partes, estejam disponíveis quando necessário.**
- j) receber e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, conforme descrição das OS.**
- k) aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas necessárias;**
- m) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções;**
- l) a CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;**
- m) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;**
- n) notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;**
- o) na abertura de chamados de suporte técnico, identificar o nível de criticidade da demanda, quando aplicável; e**
- p) a CONTRATANTE fica proibida de repassar e/ou compartilhar quaisquer informações fiscais sigilosas, em função de seus deveres de proteção e sigilo, extraídos do art. 198 do Código Tributário Nacional, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018, assim como outros dados e informações sigilosas por expressa disposição legal (como, por exemplo, as hipóteses de sigilo permitidas e previstas na Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011, Lei**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018, e Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965/2014)**

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- j)** manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l)** manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m)** cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- n)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.
- o)** observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- p)** na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante. ....	5%.

- q)** Designar formalmente preposto da empresa e substituto eventual, para representá-la na execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à SEFAZ-RJ, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- r)** participar, se assim for solicitado pela **CONTRATANTE**, com a presença do preposto da equipe indicada, dentro do período compreendido entre a assinatura



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

do contrato e o início da prestação dos serviços, de reuniões de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe designada pela SEFAZ-RJ para a Gestão do Contrato;

s) prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE com referência ao objeto adquirido, sempre que necessário;

t) zelar pelo sigilo, inclusive por seus representantes, de quaisquer informações dos sistemas, dados hospedados em algum dispositivo de armazenamento, usuários, topologia, configurações, políticas de segurança e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da SEFAZ-RJ, durante a vigência do contrato, bem como após o seu término, salvo quando houver autorização expressa da CONTRATANTE para divulgação.

u) documentar e repassar à CONTRATANTE todo o conhecimento técnico utilizado na execução de todos os serviços por ela prestados.

v) proceder à substituição avançada de peças e/ou equipamentos, mantendo as características dos equipamentos originais;

x) manter atualizados seu endereço, e-mail, telefones e dados bancários;

y) comunicar à CONTRATANTE a disponibilização dos produtos e

z) observar as demais obrigações eventualmente constantes do item 8 do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da Unidade Orçamentária 2061 – FUNEAF (Fundo Especial de Administração Fazendária), para o corrente exercício de 2023, assim classificados:

Natureza das Despesas: **3.3.91.40.11**

Fonte de Recurso: **1.500.100**

Programa de Trabalho: **2061.04.126.0435.8103**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

Nota de Empenho: XXXXXX

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo Superintendente de Compras e Contratos, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as do pagamento, na seguinte forma:

**a) O recebimento provisório se dará em até 5 (cinco) dias úteis para verificação da conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**b) O recebimento definitivo se dará no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de emissão do Recebimento Provisório e após a comprovação do perfeito funcionamento dos serviços e cumprimento das demais condições estabelecidas.**

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO QUARTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO QUINTO** – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano. (parágrafo incluído pela Resolução PGE nº 3.369 de 17.06.2013)

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mensalmente, o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em até 30 (trinta) dias corridos após a verificação do cumprimento efetivo do Acordo de Nível de Serviço (ANS) e o ateste pela Comissão de Fiscalização do Contrato nas respectivas Notas Fiscais, relativo aos serviços efetivamente executados no período na conta corrente nº \_\_\_\_\_, agência \_\_\_\_\_, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento ao **COOGESC, sito à Avenida Presidente Vargas nº 670, Centro, Rio de Janeiro, RJ**, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO OITAVO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI)**, apurado pelo **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**PARÁGRAFO NONO** - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá **apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de**





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**prestação de garantia na ordem de 5 % (cinco) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser liberada ou restituída após sua execução satisfatória, devendo ainda contemplar cobertura para os seguintes eventos:**

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;**
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;**
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;**
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será **recomposto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.**

**PARÁGRAFO QUARTO** – O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO SEXTO** – O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E  
DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

- I** – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;
- II** – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

**III** – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

**IV** – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

**V** – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

**PARÁGRAFO NONO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

**I** - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

**II** - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor,



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, visto que esta deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato, nos termos do subitem 12.3 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA VIGESIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001 – 2334-4578  
E-mail: cpl@fazenda.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**LEONARDO DAS NEVES CORRÊA**  
Auditor Fiscal da Receita Estadual  
**GESTOR DO FAF (ID: 43.85039-1)**

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Administração

---

TESTEMUNHA

MINUTA



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO SEFAZ-RJ n.ºXX/2023**

..... inscrito no CNPJ  
nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do  
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº  
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho  
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

#### Observações:

- (1) em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima
- (2) emitir em papel que identifique a **licitante**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

## ANEXO V

Pregão Eletrônico SEFAZ-RJ n.º XX/2023

### DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

..... (razão social do licitante), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no subitem 12.2.6 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

- Emitir em papel timbrado da empresa.
- Assinalar com um “X” a condição da empresa.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.

MINUTA





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

## ANEXO VI

Pregão Eletrônico SEFAZ-RJ n.º XX/2023

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO] (doravante denominado [Licitante/Consórcio]), para fins do disposto no item 14.3 do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante/Consórcio] e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de [ÓRGÃO LICITANTE] antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO NO ÂMBITO DA



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)

MINUTA



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE (EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À  
Coordenadoria de Licitações e Economicidade

Ref. Pregão Eletrônico nº XX/2023

(Entidade) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

\_\_\_\_\_  
ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/CNPJ)